

AMB e Anvisa assinam convênio



Em reunião no dia 18 de julho, em São Paulo, a Associação Médica Brasileira e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) decidiram formalizar um convênio de ajuda mútua no controle da qualidade de medicamentos, materiais e demais produtos utilizados em procedimentos médicos.

Coordenada pelo presidente da AMB, Eleuses Vieira de Paiva, a reunião na sede da entidade dos médicos brasileiros proporcionou o encontro dos representantes das Sociedades de Especialidade com o presidente da Anvisa, Cláudio Maierovitch. Ao final, ficou decidido que, dentro de 30 dias, AMB e Anvisa estarão oficializando o convênio. O mesmo convênio, por sua vez, será assinado entre a AMB e suas Sociedades de Especialidade.

O presidente da AMB esclareceu que a idéia do convênio é agilizar o processo de comunicação entre médicos e a Anvisa, aprovei-

tando a organização que existe dentro das especialidades: "A Sociedade que tem denúncia ou comunicado a fazer entra em contato com a AMB e nós acionamos um interlocutor dentro da Anvisa encarregado especialmente de nos ouvir".

Dentre as queixas apresentadas à Anvisa está a morosidade em os médicos obterem respostas a perguntas e questionamentos encaminhadas ao órgão público, o que desestimula o contato. "Se não centralizarmos um canal de comunicação, não haverá efeito. Com o convênio, a Anvisa nos responderá em 24 horas", afirmou Eleuses Paiva, lembrando que convênio semelhante assinado com o Ministério da Saúde vem dando resultados satisfatórios.

Cláudio Maierovitch admitiu que o contato com os médicos se faz necessário no sentido que sejam evitados novos casos de contaminação por medicamentos, como o do

contraste radiológico Celobar e o do gel oftalmológico Metil Lens Ripac, que causaram mortes e cegueira, respectivamente. "No primeiro caso, era impossível prever que um laboratório (Enila, hoje fechado) tentaria transformar carbo-nato de bário em sulfato de bário por questões econômicas. Já no segundo, o laboratório era clandestino; do ponto de vista sanitário, não poderia haver qualquer tipo de inspeção", afirmou.

"O médico lida no dia-a-dia com os medicamentos, com os equipamentos, próteses, etc. Ninguém melhor para denunciar se há algo de estranho". Outra reivindicação da Anvisa é que médicos e hospitais façam uma documentação mais detalhada do paciente e do tratamento aplicado. Na maior parte das vezes, há o registro do medicamento utilizado, mas não o do lote usado, um detalhe que poderia facilitar em muitas futuras investigações.

Fonte: Assessoria de Imprensa da AMB

Cheque-caução foi proibido pela ANS

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) proibiu prestadores de serviços ligados a planos de saúde de exigir qualquer tipo de caução dos pacientes antes ou no ato do atendimento. A exigência desse tipo de garantia (como cheque, nota promissória, depósito ou outros títulos de crédito) era feita principalmente por hospitais em casos de internação ou cirurgia, para garantir o pagamento. A Resolução Normativa nº 44 da ANS, publicada no último dia 29 de julho de 2003 no "Diário Oficial" da União, proíbe a prática e institui uma comissão especial permanente para receber denúncias desses casos que deverão ser enviadas ao Ministério Público Federal para adotar as medidas judiciais necessárias.

Os processos que forem, porventura, encaminhados ao MP estarão disponíveis no portal: www.ans.gov.br para informação dos consumidores de planos de saúde. A resolução em questão está amparada no novo Código Civil, que entrou em vigor no mês de janeiro de 2003. O artigo 171 determina que é anulável qualquer negócio assinado por pessoa em estado de perigo. De acordo com a ANS a decisão vale para prestação de serviço por hospitais contratados, credenciados, cooperados ou referenciados das operadoras de planos de saúde e seguradoras especializadas.